



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01 de Setembro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Estatuto		Página: Online



Avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente são debatidos

Para fortalecer a celebração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completados neste ano, o Ministério da Educação participará nesta terça, 1.º, de uma Roda de Diálogo com outros ministérios. O evento será realizado no auditório do Ministério da Integração Nacional, em Brasília, a partir das 9h30. O evento é aberto e gratuito para quem quiser saber mais sobre o ECA.

O ECA foi criado pela Lei 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, e se tornou um marco legislativo no país. O texto garante direitos a crianças e adolescentes, que passam a ter acesso à cidadania e proteção social.

O Ministério da Educação tem promovido ações para incluir o ECA nos currículos e práticas escolares. A perspectiva é de materializar o que é estabelecido pela Lei 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC apoiou a realização da pesquisa Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007, realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

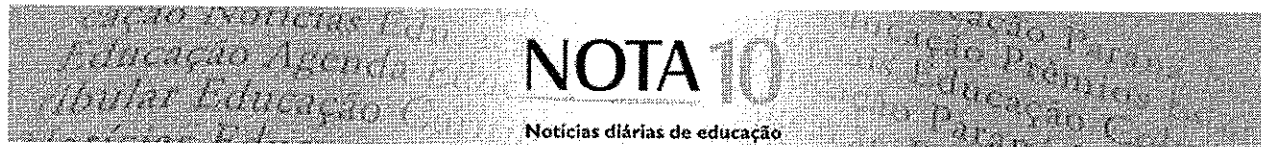
Essa pesquisa ocorreu entre 2010 e 2011 e coletou dados em 1.780 municípios brasileiros, nos 26 estados e no Distrito Federal. Os resultados da pesquisa foram materializados na coleção O ECA nas Escolas, com quatro volumes: Reflexões sobre os seus 20 anos, Construindo possibilidades de promoção dos direitos das crianças e adolescentes, Experiências Universitárias e Perspectivas Interdisciplinares.

Outra ação que contribui para fortalecer o ECA nos sistemas educacionais refere-se à formação continuada de professores e gestores educacionais. Esse conteúdo integra o curso Escola que Protege, que é ofertado por 13 universidades. No período 2012/2014, a Secadi financiou 5.385 vagas do curso, que tem por objetivo estimular o conhecimento e o debate sobre o estatuto na comunidade escolar, contribuindo para qualificar a atuação dos profissionais da educação básica na promoção dos direitos de crianças e adolescentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Enem		Página: Online



Ranking de escolas por nota do Enem não é um bom serviço

O ministro da Educação, Renato Janine, disse ontem (31), em entrevista ao jornalista Luiz Nassif, no programa Brasilianas.Org, da TV Brasil, que um ranking feito com as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelas escolas não é um bom serviço ao público. "Não levem [o ranking] a ferro e fogo", aconselhou.

Todos os anos, escolas privadas fazem um ranking baseado na nota que cada instituição teve no Enem. Muitas fazem anúncios publicitários com sua posição na lista, para se colocarem como as melhores do mercado. Janine disse que algumas escolas pequenas podem ter notas muito altas, mas elas excluem a maioria dos estudantes tanto pelos preços quanto pela seleção de novos alunos.

O ministro também sustentou que as escolas devem ser inclusivas. "Isso é muito importante para que as pessoas tenham a visão de que o mundo é complexo", argumentou, complementando que escolas muito pequenas tendem a ter pessoas muito parecidas e que isso prejudica a visão de mundo dos estudantes.

Outro destaque feito pelo ministro no programa da TV Brasil é que, neste mês, o Brasil foi campeão na WorldSkills Competition, maior competição de educação profissional do mundo. A delegação brasileira conquistou um total de 27 medalhas (11 de ouro, 10 de prata e seis de bronze), ficando à frente da Coreia do Sul e de Taiwan.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Cultura	Página: Online	



Cultura afro-brasileira é objeto de parceria entre ministérios

O Ministério da Educação e a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, firmaram parceria para a formulação de ações e políticas públicas em favor da cultura afro-brasileira e de promoção da diversidade religiosa. O objetivo é o cumprimento da meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), de superar a desigualdade educacional a escolaridade média entre negros e não negros, e da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileiras nas redes de ensino.

O protocolo de intenções, firmado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, prevê a oferta de apoio técnico para o desenvolvimento de políticas. O secretário Paulo Nacif destacou a importância da integração entre a secretaria e a fundação. "A lei 10.639 leva a questão para a sala de aula, desafiando educadores e educandos brasileiros, para que vislumbrem o mundo pouco percebido da diversidade brasileira, mais notadamente nas suas relações etnoraciais", disse.

Nacif observa que, após uma década da lei, que determina o estudo da História da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, ainda existe resistência em relação ao ensino desses conteúdos. "Essa parceria aponta para novos caminhos para implantação da lei na sala de aula, levando a cultura da diversidade aos nossos alunos e com isso possibilitando a criação de novos pactos sociais e culturais no Brasil", concluiu.

Pelo protocolo de intenções, os signatários vão cooperar para a realização da edição de 2016 do projeto Curta Histórias, em que estudantes da educação básica produzem curtas metragem sobre a cultura negra, contribuindo para a inserção da história e cultura afro-brasileiras nos conteúdos de história do Brasil. Participam da iniciativa estudantes dos ensinos fundamental e médio. Também está prevista a colaboração para a realização da 11ª conferência da Orixá World, mais importante reunião de praticantes e estudiosos das religiões de matriz africana do mundo, prevista para o segundo semestre de 2016.

Para a presidente da Fundação Cultural Palmares, Cida Abreu, a parceria entre educação e cultura é uma necessidade para mudar a realidade social da população negra. "Para fazer a transformação do ponto de vista cultural é preciso que a educação caminhe conosco", disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Cotas	Página: Online	



Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo

A Lei de Cotas nas universidades completou três anos no sábado, 29. Mas há algo mais a comemorar. As metas da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, têm sido atingidas antes mesmo do previsto pelas 128 instituições federais de ensino que participam do sistema.

A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma ideia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014.

Até agora, de acordo com projeção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a medida já abriu aproximadamente 150 mil vagas para negros.

A norma também garante que, das vagas reservadas a escolas públicas, metade será destinada a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Inclusão – A medida é resultado de uma longa mobilização dos movimentos sociais para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior. Os números demonstram o bom andamento da política de inclusão.

Além das cotas, os estudantes também têm acesso a outros instrumentos oferecidos pelo Governo Federal, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que auxiliam no ingresso e na permanência em instituições privadas de ensino superior.

O MEC e a Seppir discutem uma política de cotas para a pós-graduação, seguindo o exemplo de experiências exitosas, como a instituição de cotas na pós-graduação criada pela Universidade Federal de Goiás (UFG).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Pré-Escola		Página: Online



UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA DEVE OCORRER ATÉ 2016; 18% ESTÃO FORA DAS SALAS

Segundo Alejandra Meraz Velasco, coordenadora-geral do Todos Pela Educação, para além de simplesmente incluir, é preciso ofertar Educação de qualidade às crianças

Fonte: Agência Brasil

No ano que vem, a educação infantil, para crianças de 4 e 5 anos, será obrigatória no Brasil e o país deverá ofertar vagas a todos os que têm essa idade e estão fora da escola. Para cumprir a meta de universalização da pré-escola, que está no Plano Nacional de Educação (PNE), o país tem de incluir 18,6% das crianças nessa faixa etária, conforme dados disponíveis no portal Planejando a Próxima Década, do Ministério da Educação (MEC).

"Os números mostram evolução e, mesmo assim, preocupam", diz a coordenadora-geral do movimento Todos pela Educação, Alejandra Meraz Velasco. De acordo com o movimento, em números absolutos, é preciso ainda incluir aproximadamente 790 mil crianças dessa faixa etária na pré-escola – responsabilidade que cabe aos municípios, com apoio dos estados e da União, e às famílias, que têm de matricular as crianças.

Segundo Alejandra, para além de simplesmente incluir, é preciso ofertar educação de qualidade às crianças. "É recente a passagem da primeira infância para a educação, em alguns locais ainda se mantém a ideia de que o ensino infantil é simplesmente um local onde as crianças ficam. Nesse momento de expansão, é importante reforçar a proposta pedagógica da etapa."

O que ensinar

"É preciso que a criança na pré-escola tenha um ambiente acolhedor, que possibilite a leitura em rodas de conversa, onde possa recontar uma história que o educador está contando para ela, onde possa interagir", afirma o gerente de programas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo Marino.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para Marino, a rotina da criança deve incluir jogos focalizados, leituras, brincadeiras. Não é como as demais etapas com disciplinas e com estudantes sentados em fileiras. Também é importante que se tenha um educador como referência, e não vários professores. "É importante que a criança tenha contato com música, ritmo, que se prepare bem na fase da pré-alfabetização, na iniciação de raciocínio lógico e matemático."

A professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Zilma de Moraes Ramos de Oliveira destaca a importância do contato com outras crianças e também com outros ambientes e materiais, respeitando o cuidado com a segurança.

"Uma criança em casa pode brincar de faz de conta, mas quanto está em um ambiente que propicia isso, pode brincar de faz de conta de coisas novas. As outras crianças podem acenar com possibilidades", diz. Ela acrescenta que o contato com a diversidade também é importante nessa fase. "A criança vê que o outro não pensa como ela, tem costumes diferentes e passa a ter uma maior abertura", diz.

Quanto ao papel do professor, Zilma diz que o educador deve aprender a interagir com a criança e escutar o que ela está falando. "Pode às vezes parecer engraçado e parecer que está falando de coisas diferentes, mas quando se estuda e se para para pensar, faz todo sentido o que a criança está falando. Frases que pareçam confusas ou engraçadas merecem ser observadas. E, quando se trata de bebês, é nas minúcias que estão as pistas do que está acontecendo com eles."

Nos municípios

"Está sendo feito um grande esforço para aumentar a oferta de vagas", afirma o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima. "Por mais que em 2016 não venhamos a atingir 100% de inclusão, sabemos que possivelmente não atingiremos, mas o percentual de crianças não atendidas será pequeno", acrescenta.

Ele diz ainda que a atual situação econômica do país impossibilita os municípios de aumentar os investimentos em educação. "As redes não estavam preparadas para atender à demanda existente.

O Ministério da Educação (MEC) informa que presta ajuda suplementar, por meio de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Quanto ao que é ensinado, a Base Nacional Comum Curricular incluirá os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil. A proposta preliminar da base será publicada em 15 de setembro. O MEC diz que irá se reunir também com as Undimes estaduais para organização do debate com as redes municipais e apoio ao calendário que vem sendo construído com os estados.

Semana da Educação Infantil



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desde abril de 2012, a semana do dia 25 de agosto passou a ser considerada a Semana Nacional da Educação Infantil e o dia 25, o Dia da Educação Infantil. As datas foram instituídas por lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em homenagem ao aniversário da médica Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança. Zilda Arns foi uma das vítimas do terremoto que devastou o Haiti, em janeiro de 2010.

Pré-escola é importante para a criança, mas faltam vagas na rede pública

O Centro de Educação Infantil (CEI) do Núcleo Bandeirante tem um espaço que reúne jogos, brinquedos e até uma arara com fantasias para ajudar as crianças a ser quem quiserem. Na sexta-feira (28), Carlos Eduardo, de 5 anos, escolheu ser o Batman.

Localizada no Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal (DF) a cerca de 13 quilômetros de Brasília, a escola atende crianças de 4 e 5 anos em dois turnos. A proposta do CEI é que, em um ambiente de brincadeiras, os alunos desenvolvam a linguagem oral e a corporal, a matemática, a socialização e outras competências.

"Muitas vezes, o pai pergunta se a criança vai sair daqui lendo. Não é esse o foco da educação infantil. Tem criança que sai daqui lendo e escrevendo, mas nosso objetivo é trabalhar a socialização, a questão dos valores, da escuta sensível aos alunos. Nosso projeto é: Criança não é gente grande", diz a diretora da escola, Ana Paula Gomes. Crianças do Centro de Educação Infantil do Núcleo Bandeirante

A professora Rebeca Breder afirma que o impacto da educação infantil é percebido principalmente na autonomia dos alunos. "As crianças saem percebendo os direitos e deveres que têm e sabendo respeitar os demais. Essa parte social é a mais importante."

No entanto, a oferta de vagas no ensino infantil fica aquém da demanda em todo o país. No Núcleo Bandeirante, o CEI recebe também crianças de quatro áreas próximas. "Todos os dias tem uma pessoa solicitando vaga. Precisamos de mais escolas", afirma Ana Paula.

A pré-escola, voltada para crianças de 4 e 5 anos passará a ser obrigatória no ano que vem e o Brasil terá que atender a todas as crianças que estão fora da escola. Ao todo são 790 mil. No Distrito Federal (DF), são 18,5 mil sem vaga, que equivalem a 23,4% do total da população nessa faixa etária.

Doméstica busca vaga para caçula

A doméstica Adelina Gomes da Silva sabe o que é não conseguir uma vaga. O filho mais novo, João Pedro, hoje com 5 anos, passou o ano passado inteiro sem estudar, porque as escolas não tinham vaga. Este ano, João está em uma escola particular, graças à ajuda da chefe de Adelina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Adelina, que trabalha em turno integral quatro vezes por semana, diz que tem que pagar alguém para ficar com o filho na parte da manhã, já que ele estuda apenas à tarde. "Se ele passasse o dia na escola, seria bem melhor, me ajudaria muito", diz a doméstica. "Para o próximo ano, vou correr atrás de novo. Pesa muito pagar uma particular."

Ela mora em Planaltina, a 43 quilômetros de Brasília. Na região, está a maior demanda no primeiro período, para crianças com 4 anos – cerca de 1,5 mil nesta faixa etária não foram atendidas na rede pública ou conveniada este ano, informa a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

De acordo com o subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Educação, Fábio Pereira de Sousa, o governo do Distrito Federal pretende, até o final de 2016, universalizar o acesso à pré-escola. "Vamos implantar novas turmas em escolas que estão com salas ociosas e ampliar parcerias com entidades filantrópicas e conveniadas", adianta Sousa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Tecnologia		Página: Online



NEM TODA TECNOLOGIA É CARA, DIZ ESPECIALISTA

Professor de Stanford criou um projeto que leva laboratórios de criação digital a escolas de Ensino Básico em vários países

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Parece caro, mas não é. “Montar um Fab Lab na universidade depende mais das pessoas do que dos equipamentos”, diz o brasileiro Paulo Blikstein, Professor da Universidade de Stanford. Lá, ele criou um projeto que leva laboratórios de criação digital a Escolas de Ensino básico em vários países, como Rússia, Tailândia e México.

Segundo Blikstein, também é papel do movimento maker tornar a Escola fundamental e média mais atrativa, principalmente aos Alunos pobres. “Precisamos fazer a criança da periferia se apaixonar pela Escola”, defende ele, que participou na semana passada do Transformar, evento sobre inovações educacionais promovido pela Fundação Lemann, pelo Porvir/Inspirare e pelo Instituto Península.

Como a cultura maker muda a relação com o conhecimento no Ensino superior?
Ao construir e refletir sobre a criação, você aprende mais do que se a informação ficar só na sua cabeça. Os Fab Labs funcionam para isso. Eles são um capítulo de um processo maior de reformulação, iniciado na década de 1990, sobre o Ensino de Engenharia, que estava muito teórico.

O movimento maker ainda é incipiente no Brasil?
É o começo e está se espalhando. Estamos cinco, dez anos atrás dos Estados Unidos. Mas temos condições de alcançar os países mais adiantados porque os Fab Labs se encaixam bem na cultura brasileira, criativa e inovadora.

A cultura maker ainda está muito restrita ao Ensino de Engenharia?
No Brasil, sim. Em outros países, já é mais usada nas áreas de Arquitetura, Artes e Design. Em todo campo em que é preciso criar objetos físicos, artísticos ou tecnológicos, tem tido grande espaço.

A percepção de que o Fab Lab é caro ainda atrapalha?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Há a imagem errada de que tudo com tecnologia é caro. Temos kits de robótica que custam o mesmo que um livro e impressoras 3D no preço de um laptop. Não precisamos usar um modelo americano e dizer que todos devem ser daquele jeito. É bom adaptar à realidade local. E não depende das máquinas - só algumas básicas são necessárias -, mas das pessoas. É mais uma cultura do que maquinário. O ideal é que, para cada real gasto com equipamento, outros R\$ 9 sejam usados com pessoas.

Em um espaço maker, onde há grande autonomia, qual é a importância da mediação? A mentoria é determinante para o sucesso do Fab Lab. Nas instituições de Ensino, é essencial ter o Professor que vai ensinar, propor projetos, temas de interesse e formas de trabalho colaborativas. Uma ideia errada, e bem comum, é de que todo Aluno é hacker: é só deixar ele no laboratório e saem projetos brilhantes. Não funciona assim.

Como a cultura maker nas faculdades ajuda a mudar o Ensino básico?
Se há mais espaços desse tipo no Ensino superior, isso valida ações no Ensino básico. E, nessa etapa, é o Aluno de baixa renda quem mais se beneficia do Fab Lab. Muitos acham que a Escola de elite precisa de laboratórios e robótica e a Escola pobre, só do básico. É exatamente o contrário. O Aluno da periferia é quem precisa se apaixonar pela Escola. Não só para aprender, mas ver que aquele lugar é interessante e ele se sentir valorizado. Além disso, o movimento maker ajuda a criar, no futuro, profissionais que usarão a Ciência e a Matemática de modo mais eficiente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Gênero		Página: Online



CONCEITO DE GÊNERO DEVE BASEAR POLÍTICAS PÚBLICAS, AFIRMA MEC

Para o ministério, tema é manifestado na Educação desde a organização das escolas, como por exemplo em atividades distintas para cada sexo e diferentes exigências comportamentais

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Em nota técnica divulgada na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) defendeu a necessidade de que os conceitos de gênero e orientação sexual sejam utilizados para a elaboração de políticas educacionais. A nota foi liberada pela Câmara dos Deputados, após a Comissão de Direitos Humanos e Minorias cobrar um posicionamento da pasta sobre o tema, que tem sido alvo de debates em vários Estados e municípios.

O lobby de grupos religiosos conseguiu derrubar dos textos metas de promoção da igualdade de gêneros nas Escolas em alguns planos municipais, como no de São Paulo, e estaduais, como no do Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal.

Nas sessões de discussão do plano da capital paulista, os grupos conservadores defendiam que a possível discussão nas Escolas implementaria a “ideologia de gênero”, em que meninos e meninas seriam incentivados a não serem heterossexuais.

A nota técnica do MEC refuta esses argumentos. “O centro do debate não está em se a Escola deve ou não falar sobre gênero e orientação sexual, mas sim em perceber como ela já fala”, diz o texto. Para o ministério, essa questão é manifestada na Educação desde a organização das Escolas (com atividades diferentes para cada sexo) até as exigências comportamentais, como, por exemplo, a maior tolerância com a violência física e verbal entre meninos.

“Historicamente vem se ensinando o que se institui como comportamento de meninos e meninas e (a Escola) organiza um conteúdo curricular com base em conceitos heteronormativos que não reconhecem a diversidade de desejos e de relações sexuais e afetivas.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pesquisa. A nota cita ainda uma pesquisa feita pela Universidade de São Paulo (USP), em 2009, em parceria com o MEC, que entrevistou Alunos, Professores e diretores de 500 Escolas dos 27 Estados brasileiros. Os resultados mostraram que 93,5% dos entrevistados apresentaram algum preconceito com relação ao gênero e 87,3%, à orientação sexual.

O estudo ainda relacionou os indicadores de preconceito e discriminação com um menor desempenho Escolar, já que os Alunos não heterossexuais sofrem um processo de exclusão, seja com violências físicas ou negligência e assédio de Alunos e até mesmo dos Educadores. Para o MEC, a Educação é um direito de todos e, assim, não pode ser excludente a um grupo.

Genérico. Aprovado em abril do ano passado na Câmara, o Plano Nacional de Educação (PNE) previa que as diretrizes do Ensino deveriam superar as desigualdades em quatro eixos: racial, regional, de gênero e de orientação sexual. No entanto, venceu a versão mais genérica, que determina “a erradicação de todas as formas de discriminação”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 01/09/2015
Assunto: Educação Sexual		Página: Online



ESCOLAS ATUALIZAM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tecnologia fez colégios modificarem abordagem; foco, antes na questão biológica, hoje está nos aspectos sociais e comportamentais

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Após muita discussão e polêmica, os vereadores de São Paulo barraram, na semana passada, a inclusão de metas de promoção e debate de igualdade de gêneros nas Escolas da rede municipal. Na direção oposta, colégios particulares apostam há tempos na temática, que nos últimos dois anos ganhou nova abordagem por causa das mudanças tecnológicas. Antes baseadas na questão biológica, hoje as aulas estão mais focadas nos aspectos sociais e comportamentais. “A Escola é o primeiro lugar onde a criança vai se relacionar socialmente e onde começará a sentir interesse sexual. Para os pais, é difícil saber qual é esse momento, mas para os Educadores não. Nós estamos com eles e sabemos quando esse interesse surge e como orientá-los”, diz Paula Lima Lotto, coordenadora pedagógica do Colégio Renovação, que tem aulas de Educação sexual a partir do 6.º ano, quando os Alunos têm 11 ou 12 anos.

No Colégio Eduque, as aulas começam um pouco mais cedo, no 5.º ano. “A abordagem é guiada pela curiosidade dos Alunos. Nunca respondemos mais do que eles perguntam nem de uma forma que não possam assimilar completamente”, afirma a coordenadora Lucelena Souza. Conforme o debate se desenvolve, algumas atividades são propostas, como colocar camisinha em uma banana. Durante as aulas, os estudantes podem colocar suas dúvidas de forma anônima, colocando-as em uma caixa.

“No começo, eles fazem as perguntas de forma grosseira, com palavrões, porque é como veem na tevê e na internet. Conforme o assunto é desenvolvido e fica mais natural, ele passam a se comunicar melhor”, conta Lucelena. As dúvidas dos Alunos, segundo as orientadoras, são variadas e vão desde questões sobre as mudanças do corpo na puberdade (porque os seios crescem, o surgimento de pelos e como a voz engrossa) até dúvidas comportamentais (como contar aos pais sobre as primeiras experiências sexuais e o que significa ser virgem). A principal preocupação, de acordo com os Educadores, é sanar as dúvidas e mostrar que sexo faz parte do cotidiano e, assim, evitar situações de violência e bullying nas Escolas. Internet. Recentemente, a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

preocupação também se voltou para os problemas que surgiram com o fato de os adolescentes estarem cada vez mais conectados.

No Colégio Dante Alighieri, as aulas têm foco no respeito ao corpo, na importância da privacidade e nas consequências da exposição excessiva. “Essa geração lida com a internet como algo imprescindível, que tem de estar presente em todas as horas, até nas mais íntimas. Eles não entendem que a exposição pode ter consequências para a vida toda”, diz Elenice Ziziotti, coordenadora do Serviço de Orientação Sexual. Segundo Elenice, uma preocupação constante entre os pais é com a produção e a divulgação das chamadas “nudes selfies”, que são fotos ou vídeos íntimos. “Os pais têm muito medo de que isso aconteça (a divulgação das imagens), mas não sabem como abordar o assunto. Os jovens precisam ter pessoas de confiança para tirar as dúvidas. Caso contrário, vão procurar as respostas na internet.” Diversidade. No Colégio Bandeirantes, as aulas também começam no 6.º ano, em grupos de debates mediados por Professores, e se aprofundam com o passar das séries.

“Para os mais novos, falamos sobre as mudanças do corpo. Depois, deixamos que eles mesmos proponham os temas”, conta Maria Estela Zanini, coordenadora do programa de Educação sexual. Os Alunos do 9.º ano, por exemplo, escolheram a transexualidade. Lara Almeida, de 13 anos, diz que foi importante se aprofundar em um assunto que é pouco abordado. “As pessoas nunca falam sobre transexuais ou homossexuais, a não ser para criticar. Achei legal entender porque algumas pessoas não se identificam com o que é considerado normal pelos outros.

‘Trabalho é vacina contra machismo e violência moral’

Para especialistas em Educação sexual, o trabalho nas Escolas deve ser contínuo, focado na conscientização dos Alunos contra preconceitos e de modo a apresentar o sexo como algo natural, sempre falando sobre os temas pertinentes a cada idade. “A Educação sexual é uma vacina contra o machismo, a homofobia, a violência física e moral. Não adianta introduzir o assunto apenas no último ano do Ensino médio, se a criança teve toda a sua Educação baseada em valores patriarcais e machistas.

Desde pequenos temos de mostrar que não há motivos para segregar. Meninas podem brincar das mesmas coisas que os meninos e vice-versa”, defende Adriana Ramos, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para Adriana, é importante que os Professores reflitam sobre os próprios valores. “Por isso, os planos de Educação têm de prever cursos de formação para os Educadores, com capacitação para lidar com diferentes Alunos, sem reforçar preconceitos.”

Maria Helena Vilela, Educadora sexual, afirma que a sociedade “bombardeia” as crianças com conteúdos sexuais e, por isso, elas precisam ter quem as oriente para entender esses estímulos. “Cada vez mais Professores nos procuram por não saber lidar com crianças de 7 ou 8 anos que já têm curiosidades sobre o sexo, o corpo. Elas não podem ficar sem orientação.” Para ela, cada Escola precisa entender o contexto em que seus Alunos estão inseridos para que as aulas sejam eficientes. “Se naquela unidade muitas meninas estão engravidando precocemente, é preciso um trabalho mais focado em prevenção.” / I.P.